



The illustration shows a man and a child standing in a green field. The man is on the right, wearing a purple shirt and pants, with his arms outstretched. The child is on the left, wearing a red shirt and pants. In the background, there are two large puzzle pieces: a blue one on the left and a yellow one on the right. The sky is a mix of blue and purple, suggesting a sunset or sunrise.

**Atitudes e
percepções sobre
a infância e violência
contra crianças e
adolescentes no Brasil**



FUNDAÇÃO
José Luiz
Egydio Setúbal



GALO DA MANHÃ



**Vital
Strategies**

Realização da Pesquisa

Fundação José Luiz Egydio Setúbal

Presidente

José Luiz Egydio Setúbal

Assessora

Márcia Kalvon Woods

Coordenação do Núcleo de Pesquisa

Marcos Paulo de Lucca Silveira

Analista

Amanda Gregorio dos Santos

Ana Claudia Andreoti

Instituto Galo da Manhã

Diretor Executivo

Rafael Poço

Gerente de Programas

Bárbara Correia

Assessora da Diretoria Executiva

Emanuelle Bonfim

Gestora de Operações

Júlia Dávila

Aplicação de pesquisa

Ipsos Brasil

Análises Técnicas e Produção de Relatório

Vital Strategies Equipe do projeto

Diretor do Escritório Brasil
Pedro Baumgratz de Paula

Gerente de Prevenção de Violências
Sofia Reinach

Assessor Técnico – Ciência de Dados
Renato Teixeira

Analista de Projetos
Olívia Landi Corrales Guaranha

Gerente de Comunicação
Luíza Borges

Analista de Comunicação
Nayme Bizaio

Designer
Kelly Sumadossi

Vital Strategies Apoio institucional

Equipe Técnica
Erik dos Santos
Fatima Marinho
João Miguel Anacleto

Equipe de Operações, Recursos
Humanos e Finanças
André Sollero
Cristina Assis
Diego Santos
Edwiges Tomaz
Isabelly Passos
Juliana Mendes
Marco Ambrosio
Thiago Horácio dos Santos

Projeto gráfico, diagramação
e ilustrações
Alerta!design

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Atitudes e percepções sobre a infância e violência
contra crianças e adolescentes no Brasil [livro
eletrônico] / [realização] Fundação José Luis
Egydio Setubal, Instituto Galo da Manhã, Vital
Strategies Brasil. -- São Paulo, SP : Vital
Strategies, 2023.
ePub

ISBN 978-65-85591-03-4

1. Crianças e adolescentes - Direitos - Brasil
2. Crianças e adolescentes - Vítimas de violência
3. Violência - Aspectos sociais - Brasil I. Fundação
José Luis Egydio Setubal. II. Instituto Galo da
Manhã. III. Vital Strategies Brasil.

23-176205

CDD-363.32083

Índices para catálogo sistemático:

1. Violência contra a criança e o adolescente :
Problemas sociais 363.32083

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253



**Atitudes e
percepções
sobre a infância
e violência
contra crianças
e adolescentes
no Brasil**

Este relatório apresenta os dados da “**Pesquisa nacional sobre atitudes e percepções sobre maus-tratos e violência contra crianças e adolescentes no Brasil**”, que foi realizada pela **Fundação José Luiz Egydio Setúbal** e pelo **Instituto Galo da Manhã**¹ e contou com apoio técnico da **Vital Strategies Brasil**.

Esse trabalho tem como principal objetivo compreender o comportamento da população brasileira nos cuidados com crianças. A pesquisa foi delimitada para identificar comportamentos e práticas violentas, muitas vezes confundidas com ações educativas. O pacote INSPIRE lançado em 2016 pela **Global Partnership to End Violence Against Children**² traça sete estratégias baseadas em evidências para a eliminação da violência contra criança. Para a adaptação da estratégia à realidade de cada país, recomenda-se, dentre outros fatores, “avaliar as necessidades” locais. Essa avaliação deve ser feita em relação às estatísticas com aferição de riscos específicos aos perfis populacionais e aos serviços disponíveis no país, mas também às normas e práticas da sociedade que possam colocar crianças em risco de violência. É nesse contexto que essa pesquisa se insere.

A pesquisa tem representatividade nacional e regional e foi realizada entre 05 de novembro de 2021 e 01 de dezembro de 2021 em formato domiciliar e face a face³.



¹O questionário foi desenvolvido por um conjunto de especialistas mobilizados pela equipe de realização da pesquisa. O questionário foi aplicado pela IPSOS Brasil e análise dos resultados e materiais de divulgação foram feitos com apoio técnico da Vital Strategies Brasil.

²Disponível em: <https://www.end-violence.org/sites/default/files/paragraphs/download/9789241565356-eng.pdf>, acesso em 13 jul 2023.

³A pesquisa foi realizada em 134 municípios com pessoas com 18 anos ou mais, de todas as classes sociais e distribuídas entre as cinco regiões do Brasil. Do total de 2238 entrevistas, 200 foram realizadas na região Norte, 581 na região Nordeste, 169 na região Centro-Oeste, 964 na região Sudeste e 324 na região Sul. As pessoas entrevistadas têm em média 42 anos, metade (50%) tem colegial completo, a maioria se autodeclara parda (45%) ou branca (40%) e são solteiros (43%) ou casados (41%). Entre os entrevistados, aproximadamente 4 entre 10 têm filhos menores de 18 anos (aproximadamente 37%).



Violência Contra Criança

No Brasil, nos últimos dez anos, foram notificados no Sistema de Agravos de Notificação (SINAN) mais de 800 mil casos de violência contra vítimas de até 14 anos, incluindo violência sexual, violência física, violência psicológica e negligência.

O documento “International Classification of Violence against Children” (2023)⁴ define violência contra criança como qualquer ato (incluindo omissão) deliberado, indesejado, não essencial e nocivo contra uma pessoa menor de 18 anos. A legislação brasileira também tipifica as formas de violência e coloca crianças como sujeitos de direito. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.” A Lei 13.431/2017, além de definir diferentes formas de violência, também estabelece o sistema de direitos e garantias.

Ainda assim, a violência contra crianças é um fenômeno que conta com algum grau de subjetividade: os debates sobre violência física e psicológica constantemente esbarram na definição dos limites do que deve

⁴Disponível em: https://data.unicef.org/resources/international-classification-of-violence-against-children/?utm_id=ICVAC-launch, acesso em 13 jul 2023.

e do que não deve ser tratado como violência. Ou seja, existe um espectro amplo do que se consideram práticas educativas e há discordância sobre em qual momento esses comportamentos passam a ser abusivos e devem ser considerados casos de violência. Existem práticas que são consideradas educativas, mas que, em realidade, são violências. Por isso é fundamental que essa compreensão se amplie na população brasileira como forma de enfrentar e reduzir o uso de práticas violentas e, assim, construir um compromisso nacional pelo fim da violência contra crianças e adolescentes, como proposto pelo INSPIRE. Nesse contexto, a pesquisa aqui analisada teve como objetivo compreender como a população brasileira entende a infância, as práticas para educação e punição de crianças e o que já vivenciaram, desde a infância até a prática com as crianças do seu convívio.

Esse estudo evidencia como existe uma diferença importante entre o que as pessoas acreditam serem as melhores práticas e o que, de fato, conseguem implementar. Além disso, a pesquisa reitera como pessoas que experimentaram violência na infância tendem a repetir esse comportamento na vida adulta, com a adoção de práticas violentas contra crianças.



Bloco I

Infância e Direitos – Contradições



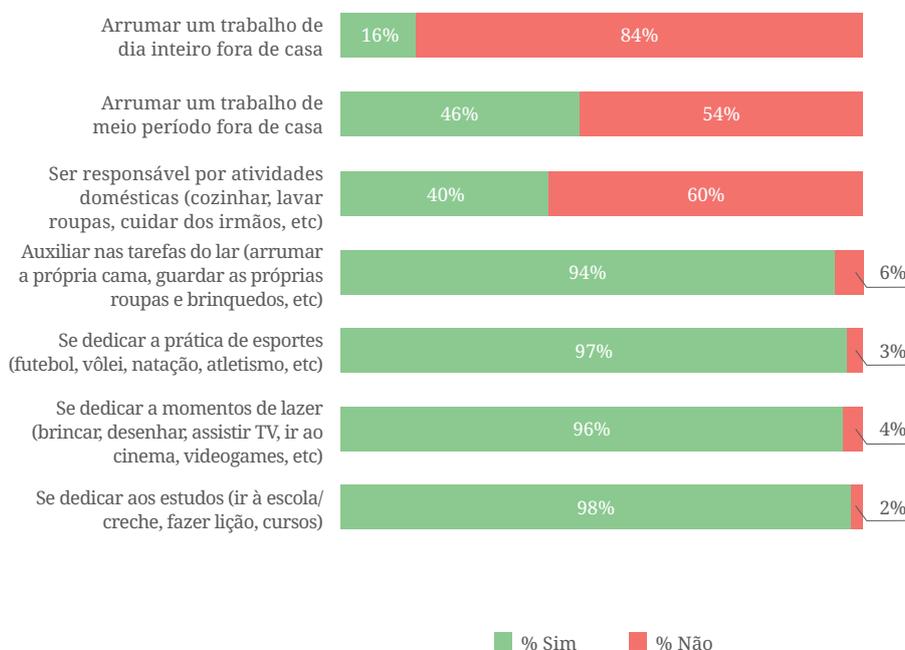
Para compreender o que é a infância para a população, a pesquisa propôs algumas perguntas sobre em que idade a infância termina e a adolescência começa, bem como sobre quais atividades são apropriadas para crianças e adolescentes realizarem.

Em geral, a população entende a infância como o período entre 0 e 14 anos de idade. Essa percepção estende em dois anos o período da infância se comparada ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que caracteriza a infância como o período de 0 a 12 anos. Já a adolescência é entendida como o período entre os 15 e os 18 anos pelos entrevistados, enquanto o ECA determina que a adolescência vai dos 13 aos 17 anos.

Além disso, a população, em sua maioria, tem uma percepção favorável aos direitos da infância: 96%-98% acreditam que as crianças devem se dedicar aos estudos, esportes e lazer.

Figura 1

Na sua opinião, você acredita que é certo que uma criança ou adolescente se dedique às atividades a seguir?



Pergunta: CI2. Na sua opinião, você acredita que é certo que uma criança ou adolescente se dedique às atividades.

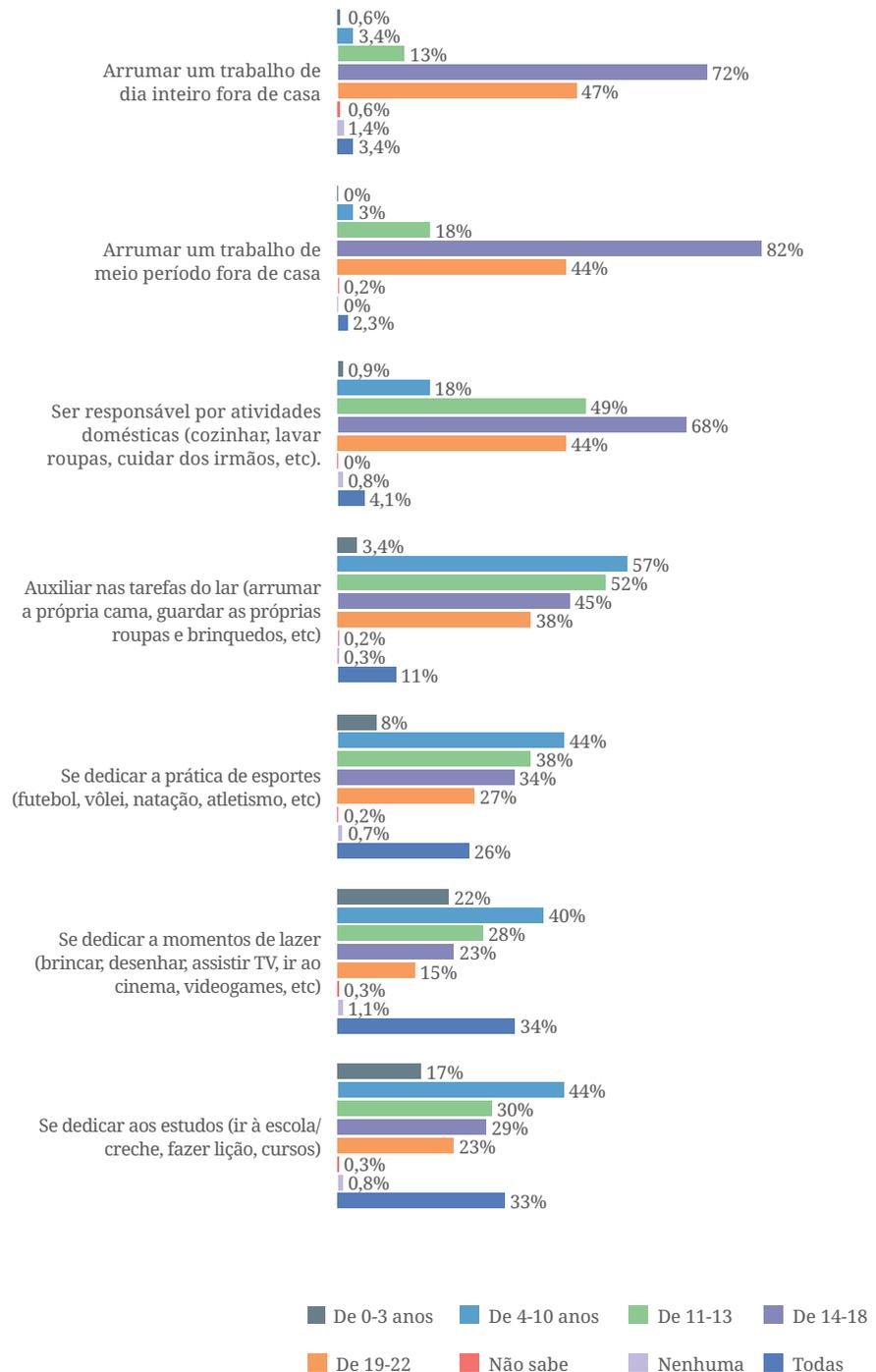
Dentre os entrevistados, **18% entendem que crianças e adolescentes podem começar a trabalhar fora de casa a partir dos 11 anos e 82%, a partir dos 14 anos.** Além disso, 18% acreditam que crianças podem ser responsáveis por atividades domésticas (como cuidar dos irmãos, cozinhar etc.) na faixa entre 4 e 10 anos e 49% consideram que essas são tarefas que podem ser desempenhadas por crianças entre 11 e 13 anos. Aqueles que concordam que as crianças devem trabalhar fora de casa ou se ocupar de atividades domésticas são, em maioria, pessoas acima de 40 anos.

Destaca-se, ainda, que na pergunta sobre quais atividades são adequadas à faixa etária da criança, a maior parte da população indica a faixa etária entre 10 e 14 anos como adequada para **a realização de atividades esportivas (44%) e para auxílio nas atividades domésticas (57%).** Esses percentuais caem à medida que aumenta a faixa etária. Ou seja, quanto mais velha a criança, menor é o percentual de pessoas que acredita que praticar atividade física e auxiliar nas atividades domésticas se adequam à idade.



Figura 2

Percepção da população sobre atividades adequadas para cada faixa etária

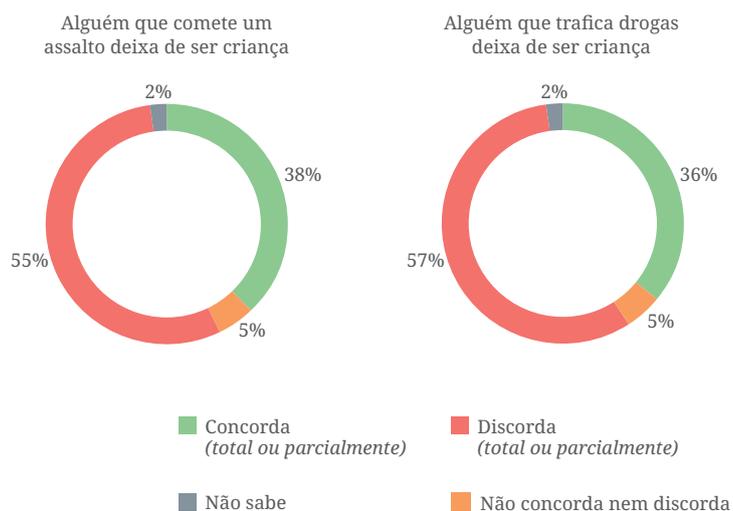


Pergunta: CI2.1. E em quais das seguintes faixas etárias você acredita que ela possa se dedicar a essa atividade? Por favor, escolha todas as faixas etárias que você considerar adequadas para atividade.

O fim da infância pode ser demarcado por atos infracionais para quase 40% dos entrevistados: 38% entendem que uma pessoa que comete um assalto deixa de ser criança e 36% consideram que alguém que trafica drogas deixa de ser criança. Esse entendimento chega a 42% na região Sul do país e 44% no Sudeste.

Figura 3

Percepções sobre fatores sociais que influenciam o fim da infância



Pergunta: C14. E sobre as seguintes afirmações, quanto você concorda ou discorda com cada uma delas?



Bloco II

Espectro da Violência e Violência Intergeracional



A pesquisa apresentou aos entrevistados perguntas sobre quais práticas educativas ou punitivas experimentaram na infância, bem como quais acreditam ser as melhores práticas e quais de fato adotam na educação de crianças. Com isso, foi possível ilustrar aspectos sobre o espectro da violência e sobre violência intergeracional. Ou seja, entre o diálogo e uma violência física severa, existem diversos comportamentos que são adotados pelos adultos ao lidarem com crianças. E entre o que se acredita que seja a melhor conduta, o que se faz e o que se viveu na infância existem variações importantes a serem compreendidas.

As perguntas sobre rigidez, uso de práticas de castigo para educar e o uso do diálogo, demonstram dilemas vividos pelas pessoas. Por um lado, a maioria dos entrevistados prefere o diálogo ao castigo. **Mas existe uma parcela de 27% da população que acredita que castigo é sempre melhor do que diálogo.** No entanto, em geral, as respostas são divididas em parcelas similares, demonstrando haver uma preocupação com garantir uma educação rígida e severa, porém focada na priorização do diálogo.

Figura 4

Quanto você concorda ou discorda com as afirmações?



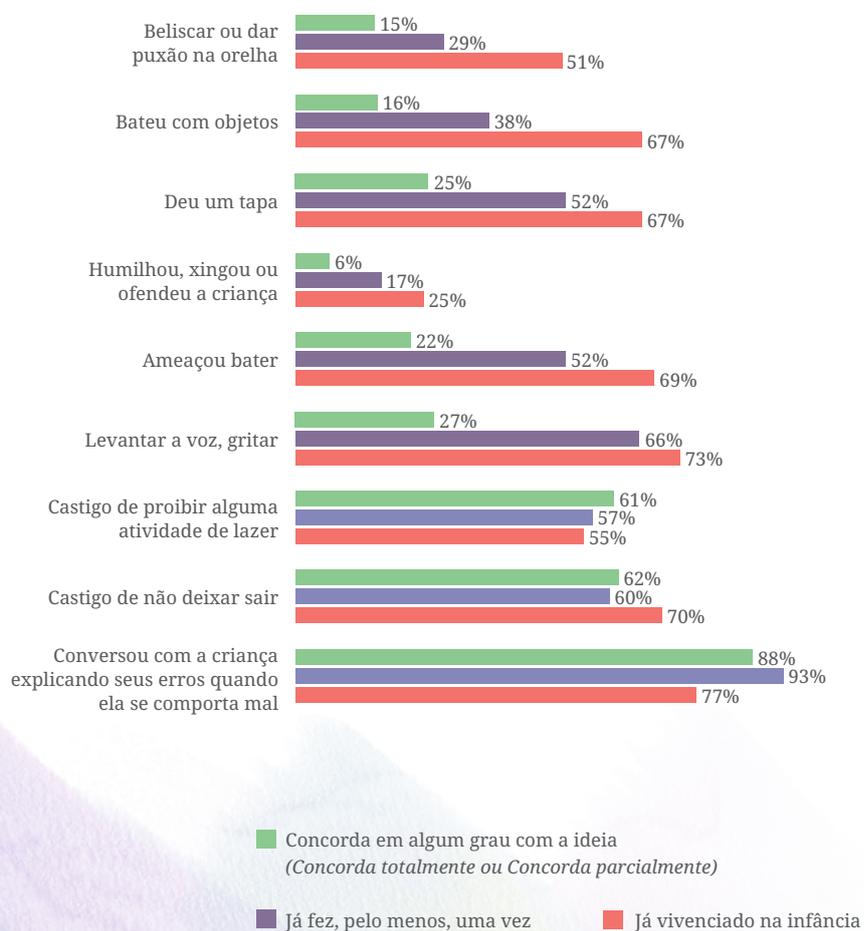
Pergunta: FE1. Pensando nas seguintes afirmações, quanto você concorda ou discorda com cada uma delas?

O dilema acima fica ainda mais claro ao comparar o que as pessoas acreditam ser uma boa prática versus o que elas viveram na infância e o que fazem com seus próprios filhos.

O que fica nítido nas respostas demonstradas na Figura 5 é que, em geral, as práticas adotadas com os filhos são um meio termo entre o que os entrevistados acreditam e o que viveram na infância. Ou seja, se sofreram com tapas e beliscões, acreditam pouco nessas práticas como mecanismo efetivo, mas seguem adotando-as.

Figura 5

Concordância x Prática x Vivência



Concordância: FE4. Pensando agora nas seguintes formas que um adulto pode utilizar para educar ou corrigir um comportamento de uma criança, por favor, me diga o quanto você concorda ou discorda com cada um deles. Vale lembrar novamente que não existem respostas certas ou erradas, queremos apenas sua opinião. Você diria que concorda ou discorda quando. Prática: FE5. Justamente porque há muitos modos diferentes de educar crianças, muitos de nós já praticamos mais de um deles - não apenas com filhos, mas também com outros familiares e conhecidos. Assim, gostaria de perguntar quais dos seguintes modos de educar crianças você já adotou em algum momento da sua vida. Vivência: EF6. Agora, voltando a pensar nos diversos modos de se educar uma criança ou adolescente, e pensando em situações que chegaram a acontecer com você quando era criança ou adolescente, você diria que seus pais ou responsáveis alguma vez.

Existe uma notável disparidade entre as crenças das pessoas e suas ações na prática. Embora 25% concordem em algum grau que dar um tapa é uma atitude aceitável, surpreendentes 52% admitiram já ter feito isso. Do total, 16% concordam que é correto bater em uma criança com algum objeto e 38% admitem ter adotado essa prática. Ou seja, ainda que uma parte importante da população (16% e 25%) acredite em práticas de violência física como boas soluções educativas, o percentual de quem implementa tais práticas é ainda maior (52% e 38%).

Além disso, apenas 6% da população acredita em condutas que envolvem humilhação, xingamento ou ofensa. Esse percentual é significativamente menor do que a concordância com práticas de bater com objetos (16%) e dar um tapa (25%). Isso demonstra como muitas pessoas não entendem que um tapa ou outra forma de bater no filho seja uma forma de ofensa ou humilhação e, conseqüentemente, de violência.

O cenário descrito acima é diferente quando a pergunta é sobre castigos. Nesses casos, a diferença entre concordância, prática e vivência é menor. E, quando se trata da adoção de diálogo, as pessoas concordam e praticam mais do que dizem ter vivido. Ou seja, **no geral, a população acredita que vivenciou mais práticas violentas e menos diálogo na sua infância do que acreditam ser o certo. Porém, na sua prática cotidiana com suas crianças, adotam mais atitudes violentas do que concordam, mas menos do que viveram na infância.**

**52% da
população
admite já ter
dado um tapa
e 38% já bateu
com objetos
no(a) filho(a)**



A partir de uma análise segmentada pela raça dos respondentes, nota-se não haver grande diferença entre os autodeclarados brancos, negros (pretos e pardos), amarelos e indígenas no que diz respeito às violências vivenciadas na infância. Todos os grupos relataram experiências similares de violência, ou seja, todos viveram castigos, tapas, beliscões e agressões com objetos em proporções similares. **A partir disso, cria-se mais uma evidência de que a prática de violência contra a criança e adolescente é um fenômeno que atinge os diferentes perfis populacionais e pode ser visto nos domicílios de diversos brasileiros.**

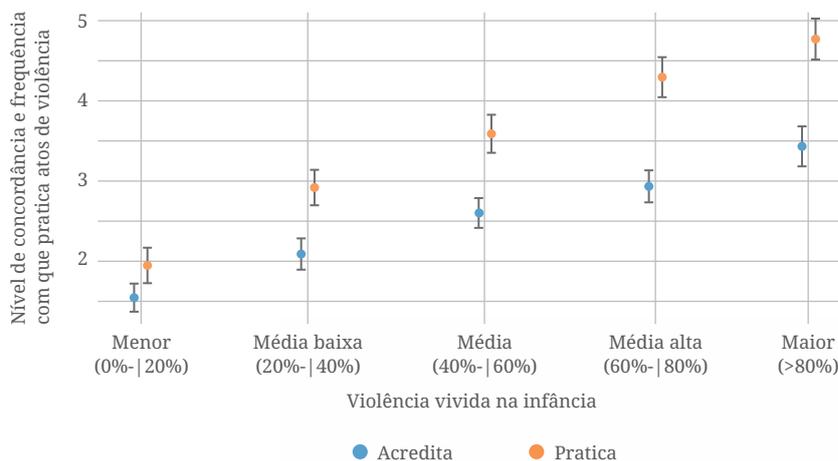
Para além de uma comparação entre concordância e percepções de práticas e vivências, buscou-se compreender se é possível estabelecer relações entre o que foi experienciado e as condutas dos respondentes. A pesquisa procurou responder se ter vivenciado mais condutas violentas quando criança interfere no comportamento desse indivíduo quando ele se torna adulto. Para tanto, os entrevistados foram divididos em quintis segundo a violência vivida na infância⁵. Foram criadas cinco categorias, cada uma com 20% dos entrevistados: “menor vivência”, “média-baixa vivência”, “média vivência”, “média-alta vivência” e “maior vivência”. Nesses cinco grupos foi classificada a pontuação média para a concordância com as formas de lidar com as crianças e o que se pratica de fato⁶.

⁵Os cinco quintis foram divididos a partir de uma pontuação, em que cada respondente recebeu pontos, a partir da seguinte regra: conversaram com você, explicando seus erros quando você se comportou mal = 0; ofereceram presentes ou recompensas para ficar quieta(o) ou obedecer = 0; ignoraram e não falaram com você por um tempo = 1; levantaram voz (gritam) com você = 1; retiraram comida quando você reclamava do que estava comendo = 1; deixaram sem atividades de lazer = 1; deixaram de castigo, proibindo você de sair por um tempo = 1; ameaçaram te bater = 1; te humilharam, xingaram ou ofenderam = 1; te beliscaram o braço ou deram um puxão de orelha = 1; te deram um tapa = 1; te bateram com objetos = 1.

⁶Para testar as diferenças na pontuação entre crença (Acredita) e prática (Pratica) foi aplicado o teste Wilcoxon. Constatou-se que não existe diferença significativa nas pontuações médias da crença e prática no grupo de vivência menor. Nos demais houve diferença significativa. Isso indica que para grupos que viveram mais violência, há discrepância significativa entre a crença na violência e sua prática. Também foi aplicado o teste Tukey para verificar se as categorias de vivência são diferentes dentro da mesma questão. No que se refere a crença, as vivências “média” e “média alta” não apresentaram diferença significativa entre si, enquanto a média da pontuação das questões sobre prática se mostrou significativamente diferente na comparação entre todas as categorias de vivência.

Figura 6

Violência vivida e a relação com crenças e práticas adotadas



Prática: FE5. Justamente porque há muitos modos diferentes de educar crianças, muitos de nós já praticamos mais de um deles - não apenas com filhos, mas também com outros familiares e conhecidos. Assim, gostaria de perguntar quais dos seguintes modos de educar crianças você já adotou em algum momento da sua vida. Vicência: EF6. Agora, voltando a pensar nos diversos modos de se educar uma criança ou adolescente, e pensando em situações que chegaram a acontecer com você quando era criança ou adolescente, você diria que seus pais ou responsáveis alguma vez.

Sendo assim, o grupo dos 20% que menos vivenciou a violência na infância teve um nível de concordância/frequência em situações violentas com média de 1,6 para acreditar em práticas violentas e 1,9 para, de fato, praticar violência. Essa pontuação sobe à medida que a violência vivida na infância aumenta. O grupo dos 20% que mais sofreram violência na infância, pontuam em média 3,4 para acreditar em práticas violentas e 4,8 para, de fato, praticarem violência como cuidadores.

Dessa forma, aqueles que relataram ter sofrido menos violência tendem a acreditar e adotar menos práticas violentas com suas crianças. Por outro lado, aqueles que vivenciaram mais violência são os que acreditam e praticam mais a violência como forma de educar crianças e adolescentes. O gráfico acima demonstra haver um nítido aumento da concordância e uso de práticas violentas proporcional ao grau de violência vivenciado por este indivíduo na infância.

O estudo demonstra, portanto, que ter vivenciado práticas violentas na infância aumenta a chance de, ao se tornar adulto, esse indivíduo concordar e adotar métodos de punição mais severos com suas crianças.

Bloco III

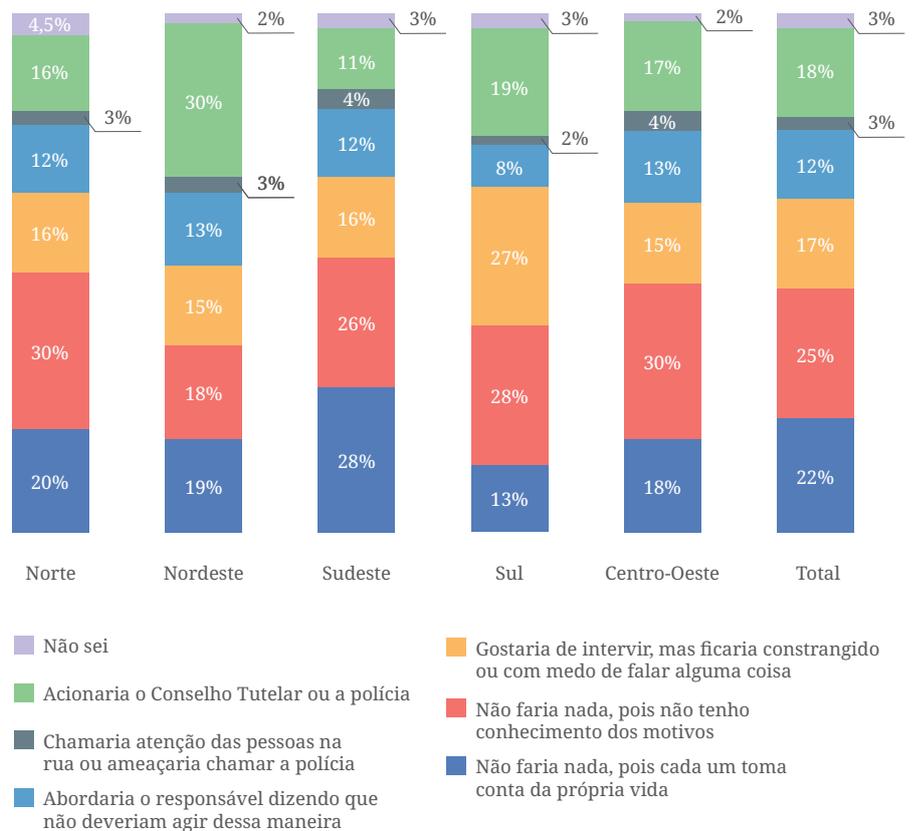
Comportamento em relação aos serviços públicos de atendimento a crianças e adolescentes



O ECA prevê, em seu artigo 70, que todos têm o dever de prevenir violações dos direitos de crianças e adolescentes. Perguntados sobre qual atitude tomariam ao presenciar alguma ação de violência contra a criança, aproximadamente 47% responderam que não fariam nada, tanto por não saber o que aconteceu, quanto por acreditar que cada um deve tomar conta da própria vida.

Figura 7

Atitude perante a violência por região



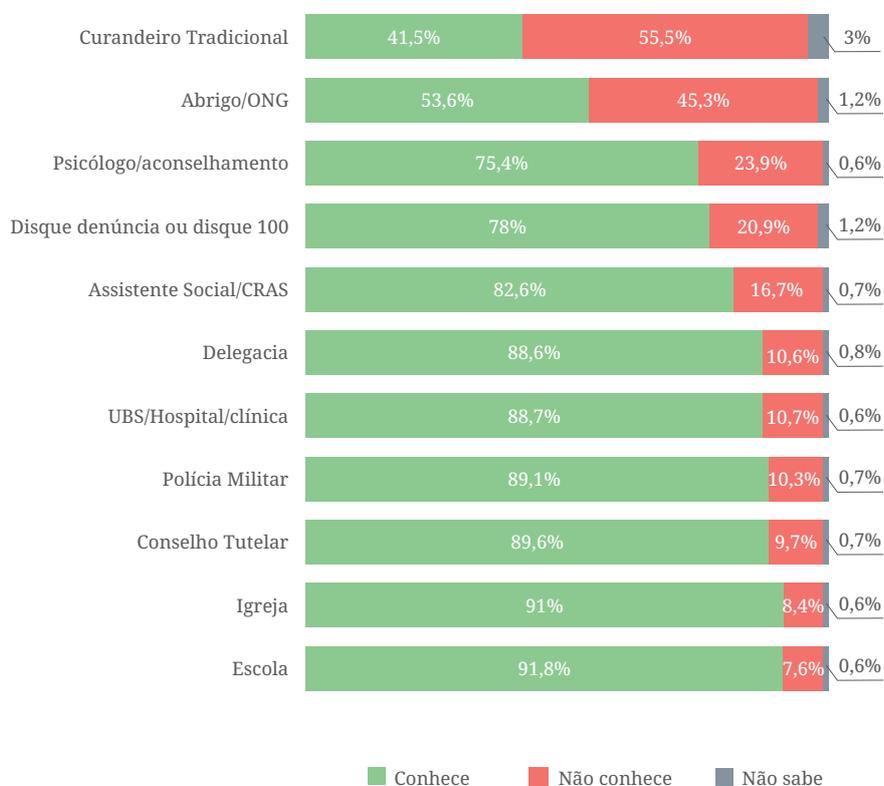
Pergunta: S3. Você vê uma pessoa na rua dando puxões de orelha ou palmadas em uma criança que pode ter feito algo considerado errado por seus pais. Qual das seguintes atitudes você tomaria diante dessa situação?

Analisando essa resposta por região, o Sudeste apresenta o maior percentual de pessoas que não fariam nada (56%), enquanto o menor percentual está na região Nordeste (38%). Em comparação à média nacional de 17%, na região Sul, 27% afirmaram que gostariam de intervir, mas se sentem constrangido/as. Também no Sul, um percentual reduzido, apenas 8%, afirmou que abordaria o responsável, em contraste com a média nacional de 12%. **A região Nordeste chama a atenção pelo percentual da população que procuraria o Conselho Tutelar: 30%, sendo que a média nacional é de apenas 18%.**

Além de lidar diretamente com o caso, foi perguntado sobre o conhecimento em relação aos possíveis serviços e instituições que poderiam ser procurados em casos de violência contra criança. O conhecimento da população sobre os serviços públicos é alto: em geral, ultrapassa 80%. As instituições mais conhecidas são as escolas, igrejas e conselhos tutelares. Como será visto adiante, essa ordem não coincide necessariamente com a confiança que a população tem nos serviços. Chama a atenção que mais de 10% não conhece serviços de saúde para tratar de casos de violência.

Figura 8

Conhecimento sobre serviços

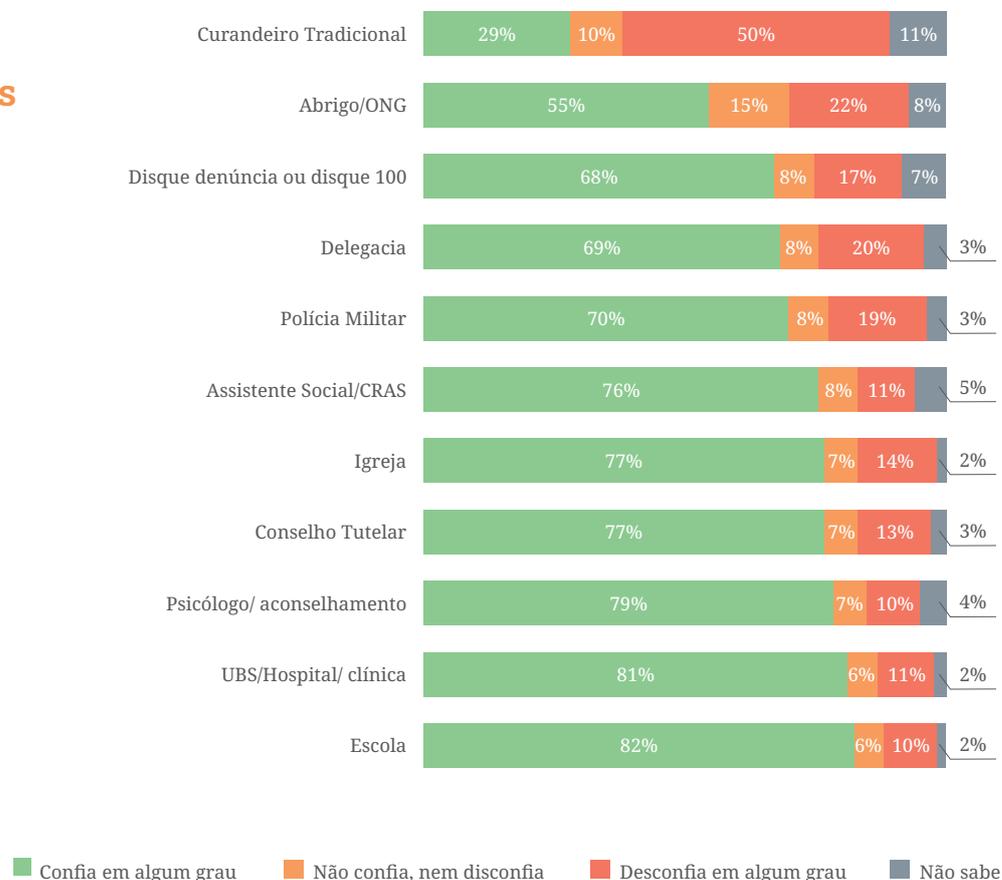


Pergunta: SOS1. Pensando agora em alguns serviços que poderiam ajudar crianças e adolescentes em situação de risco, violência ou abuso, por favor, me diga quais desses serviços você conhece.

Esse conhecimento é maior entre aqueles das classes A e B, se comparados àqueles das classes D e E: 13% das pessoas das classes D/E afirmam desconhecer o Conselho Tutelar e 14% desconhecem a atuação de UBSs, hospitais e clínicas, enquanto para pessoas das classes A/B essa proporção é de 7% e 10%, respectivamente. Chama atenção que 21% da população desconhece o Disque 100, o principal canal de denúncia de violações de direitos humanos do país. Além disso, mais de 23% da população desconhece um serviço de apoio psicológico ou aconselhamento.

Figura 9

Confiança nos serviços públicos



Pergunta: SOS2. E o quanto você diria que confia nessas instituições ou serviços?

A instituição que conta com maior confiança da população quando se trata de violência contra criança é a escola (82%), seguida dos equipamentos de saúde (81%). Os psicólogos e serviços de aconselhamentos também contam com alta confiança, porém, como foi mencionado anteriormente, ainda possuem um percentual alto de desconhecimento pela população. Os altos percentuais de confiança nas instituições de ensino e saúde ratificam a importância de que os profissionais dessas áreas se enxerguem como agentes estratégicos para atuar na prevenção da violência contra crianças e adolescentes e que os gestores públicos os tenham como prioridade nas estratégias de fortalecimento de serviços e redes de atendimentos.

A Polícia Militar, as Delegacias e o Disque 100 são serviços conhecidos da população, porém estão entre os que contam com menor confiança desta. Essas instituições e serviços contam com um percentual de, pelo menos, 17% de desconfiança.

Considerações finais



Os dados aqui apresentados ajudam a desenhar um cenário mais completo sobre a violência contra crianças e adolescentes no Brasil. Percebe-se que, apesar da maioria dos brasileiros se mostrar favorável aos direitos das crianças e do adolescente, inclusive com uma percepção mais alongada da infância do que o próprio ECA, a prática cotidiana ainda comporta práticas de violência.

Conforme a lei nº 13.431, que estabelece o Sistema de Direitos e Garantias para a proteção dos direitos da criança e do adolescente, qualquer pessoa que presenciare a violência contra crianças e adolescentes deve comunicar as autoridades responsáveis para que tomem providências. No entanto, para isso, é preciso que a sociedade brasileira saiba reconhecer atos de violência, rompendo com a ideia de que agressões físicas são ações educativas. Da mesma forma, é importante que todos conheçam e confiem nas autoridades responsáveis – polícias, conselho tutelar e outros – para que saibam a quem recorrer.

Ainda, a mesma lei determina que os diferentes entes estatais devem promover campanhas de conscientização da população. Estas campanhas devem levar em conta o cenário aqui delineado para atuar de forma cada vez mais estratégica. Por exemplo, nota-se que a humilhação verbal é percebida como mais reprovável do que certas práticas que envolvem agressão física, dado que indica que, para muitos, a violência física é normalizada. Este dado pode ajudar a orientar futuras campanhas de combate à violência contra a criança, assim como outros achados desta pesquisa.

A grande relação entre violência vivida e violência praticada chama atenção para a importância de combater a violência contra a criança no presente, para que as gerações futuras pratiquem cada vez menos atos de agressão.

A violência afeta igualmente pessoas de diversas raças e classes sociais, o que aponta para a necessidade de ações integrais que atinjam as diferentes camadas da sociedade. Entre os mais pobres, é importante ampliar o conhecimento sobre os serviços de atenção à criança e nas regiões Sul e Sudeste é necessário ampliar a percepção de que não podemos tolerar a violência contra a criança e sobre a importância de denunciar tais atos.

Crianças e adolescentes possuem uma particularidade, que é a menor autonomia para buscar seus direitos e escapar das situações de violência. Dessa forma, cabe ao Estado e sociedade atuar de forma protetiva e ativa de modo a promover o bem-estar dessa população. Os dados aqui apresentados podem orientar políticas públicas e conscientizar a população sobre o dever coletivo de enfrentar a violência contra crianças e adolescentes.



Comentários

“ As informações que indicam as escolas, as igrejas e os conselhos tutelares como as instituições mais conhecidas podem estar relacionadas com a atuação direta e habitual delas com crianças e adolescentes, a presença desses serviços nos municípios e a frequência com que a população faz uso delas, para além do auxílio que podem prestar em casos de situação de violência. O Conselho Tutelar, órgão responsável por garantir o direito de crianças e adolescentes, faz-se presente em todas as regiões e em praticamente todos os municípios brasileiros (Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, 2015), conforme estabelece o ECA; assim como as escolas, em que Informações do Censo Escolar 2022 indicam que há mais de 178 mil escolas de educação básica, sejam elas públicas ou privadas, com mais de 47 milhões de alunos matriculados; e também as igrejas, que estão distribuídas por todo o território.

O desmonte de políticas públicas e a redução de recursos destinados à saúde - e a outras instituições que compõem a rede de proteção -, ocorrido nos últimos anos, contribuem para a redução de campanhas que possam instruir a população a agir e a procurar os serviços de saúde, especialmente, em casos de violência. ”

Maria Alice da Rocha Piazza

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas. Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política (NUPERGS). Porto Alegre (RS), Brasil.
E-mail: m.alicepiazza@gmail.com.

Sergio Simoni Junior

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Departamento de Ciência Política; Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Porto Alegre (RS), Brasil. Pesquisador do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política (NUPERGS), Brasil.
E-mail: sergiojr_ssj@yahoo.com.br.

“ No Brasil, nos últimos dez anos, foram notificados no Sistema de Agravos de Notificação (SINAN) mais de 800 mil casos de violência contra vítimas de até 14 anos. Esse dado abre a seção sobre violência contra criança deste relatório. É impactante. 800 mil casos notificados de crianças vítimas de violência. Esse número, certamente, subestima o número real de crianças que sofreram algum tipo de violência. Um dado adicional, do Ministério da Saúde, torna ainda mais evidente a gravidade desse problema: em 10 anos, entre 2012 e 2021, 8.658 crianças entre 0 e 14 anos morreram no Brasil em decorrência de violência interpessoal intencional. Se aumentarmos um pouco esse recorte etário para até 19 anos o número de mortos sobe para 98.409. Foram quase 100 mil crianças e adolescentes mortos!

O impacto da violência sofrida na infância e adolescência vai além das lesões físicas, e das mortes, sabemos disso. A violência na infância está associada a problemas de saúde mental e de desenvolvimento. Compromete a escolarização e socialização. Além disso, associa-se a uma série de problemas de saúde tardios, na idade adulta. Esse relatório explora uma outra dimensão desse grave e importante problema: o reforço intergeracional de práticas violentas nas relações de cuidado entre pais, mães e cuidadores e seus filhos. Esse resultado aponta para a importância estratégica de políticas e ações voltadas a por fim à violência contra crianças, como propõe INSPIRE. Se a criança de hoje sofre menos violência ela

perpetrará menos violência no futuro, em um ciclo que se retroalimenta positivamente. Essa é a meta. Esse deve ser o objetivo de todos.

Para isso, entretanto, é importante um pacto nacional pelo fim da violência contra crianças e adolescentes. Todos e cada um de nós, devemos participar deste pacto. Pessoas e instituições. É a certeza desta necessidade que me faz olhar com preocupação para alguns dados apresentados neste relatório, em especial para as atitudes perante a violência contra crianças. A pergunta foi: Você vê uma pessoa na rua dando puxões de orelha ou palmadas em uma criança que pode ter feito algo considerado errado por seus pais. Qual das seguintes atitudes você tomaria?

22% não fariam nada, pois cada um toma conta da própria vida.

25% não fariam nada, pois não tem conhecimento dos motivos.

17% Gostaria de intervir, mas ficaria constrangido ou com medo de falar alguma coisa.

Sim, é isso: 64% não fariam nada. Aqui está, a meu ver, um dos grandes desafios: fazer com que todos e cada um de nós, pessoas e instituições, participemos ativamente deste pacto nacional. ”

Maria Fernanda Tourinho Peres

Professora do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da USP
Coordenadora do Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre Violência e Saúde (LIEVES)



“ O reconhecimento tardio de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, ainda não totalmente assimilado nas vivências sociais, é evidenciado pelos dados da pesquisa. O próprio distanciamento entre o que é estabelecido no âmbito normativo e o que é percebido na população denota a fragilidade dos direitos da criança e do adolescente quando estes não são assumidos e materializados no cotidiano. Esses direitos não devem ser vistos apenas como uma lei a ser seguida, mas como um valor social com significado para todos os grupos e em todas as regiões do país.

A pesquisa oferece aos governos, em especial, evidências que podem informar políticas com precisão, com enfoque estratégico, inclusive com recortes regionais que poderão ser melhor investigados em outros estudos. O recado é direto: diante de uma violação de direitos de crianças e adolescentes, 47% da população não faria nada, e as razões demonstradas na pesquisa fornecem pistas do que deve ser reforçado nos programas e campanhas de prevenção e promoção de direitos. Além disso, os dados também mostram a necessidade de melhor posicionar o Conselho Tutelar na percepção da população. Evidentemente, isso não se trata apenas de estratégias de comunicação, mas, sobretudo, da expansão da cobertura e da qualificação do serviço.

A intergeracionalidade é uma característica que não pode ser negligenciada no desenho de políticas públicas e regulatórias de prevenção e resposta às violências. Determinada sensibilidade seletiva parece dar contorno ao dilema da população que reconhece ter vivenciado mais práticas violentas do que acreditam ser o correto, mas por outro lado, não é capaz de interromper o ciclo geracional de violência, embora a aplique com menor grau ou com outras características. Seletiva porque as crenças sociais sobre infância, cuidado e educação ainda estão em desenvolvimento, flertando com a subjetividade e determinada na maioria dos casos pela própria experiência de infância e cuidado.

Os 27% da população que acredita que o castigo físico é sempre melhor do que o diálogo demonstram como essas crenças estão impregnadas de traços de violência. E não poderia ser diferente em um país cuja experiência de ser criança e adolescente foi forjada na invasão e expulsão de territórios, no estupro, no trabalho escravo e no controle dos corpos. Essas experiências históricas deixaram marcas profundas no imaginário social e afetaram as formas como a violência é percebida e reproduzida ao longo das gerações. ”

Lucas José Ramos Lopes

Coalizão Brasileira pelo fim da violência contra crianças e adolescentes



